COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI N.º 5.128, DE 2013

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada.

Autor: Deputado DIMAS FABIANO

Relator: Deputado RODRIGO GARCIA

I - RELATÓRIO

A proposição altera a LGT – Lei Geral das Telecomunicações, Lei nº 9.472/97, estabelecendo que as operadoras de telefonia fixa e móvel deverão tarifar as chamadas uma única vez por ligação, vedando a cobrança por minuto. O projeto prevê, ainda, que a mudança deverá entrar em vigor 90 dias após a publicação da Lei.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática (CCTCI) e de Defesa do Consumidor (CDC), conforme Art. 24, inciso II do Regimento Interno desta Casa. Ademais, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) deverá se pronunciar quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, conforme Art. 54 do Regimento Interno desta Casa.

Decorrido o prazo regimental, a proposta não recebeu emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto busca aumentar o uso dos serviços de telefonia mediante a simplificação da sua sistemática de tarifação. Segundo justificativa do autor, uma das origens do baixo uso dos serviços de telefonia pelos consumidores é a complexidade tarifária. Como lembrado pelo Deputado proponente da matéria, os usuários brasileiros são duplamente penalizados. Em primeiro lugar, pela complexidade de ter que verificar o custo de cada tipo de ligação, conforme a operadora de destino e o horário da chamada, entre muitas outras variáveis. E, em segundo lugar, pelo fato de o país contar com uma das tarifas mais caras do mundo. Assim, no final das contas, a solução que resta aos assinantes para limitar os gastos com telefonia é a simples diminuição do consumo.

A presente proposta pretende alterar essa realidade. Ao simplificar os planos, determinando que a tarifação seja efetuada uma única vez a cada ligação, os usuários poderiam falar de maneira ilimitada. Dessa maneira, como lembrado pelo autor, o projeto contribuiria para a modicidade tarifária, tão necessária de ser reintroduzida no setor.

Em que pese os argumentos e a nobre intenção do autor, encontramos sérias dificuldades que inviabilizam o projeto.

Primeiramente, cabe observar que existem dois tipos de serviços de telefonia, o explorado em regime público e o em regime privado. O único serviço prestado no regime público é o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) – a telefonia fixa – operado sob o regime de concessão, nas modalidades locais e de longa distância. As empresas que operam sob o regime de concessão são: Oi (fora do Estado de São Paulo); Telefônica (no Estado de São Paulo); CTBC (no Triângulo Mineiro e arredores); Sercomtel (na região de Londrina) e Embratel (operadora de longa distância). Todas as demais operadoras de telefonia, tanto fixas quanto móveis, operam no regime privado, sob o regime de autorização. As principais operadoras nessa modalidade são: Oi, TIM, Vivo e Claro, na telefonia móvel, e Oi (em São Paulo), GVT e Net na telefonia fixa.

Quanto ao regime de preços praticados pelas operadoras, as concessionárias (isto é, as que operam o STFC no regime público) possuem

tarifas reguladas e reajustadas conforme previsto nos contratos de concessão. Já para as que operam no regime privado, o preço dos serviços é livre.

Dessa maneira, a alteração, por Lei, dos termos de prestação dos serviços e de cobrança das tarifas pelas concessionárias ensejará alterar os contratos de concessão. Nessa negociação, as concessionárias poderão invocar a necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos assinados (Art. 108, parágrafo 4º da LGT) e as tarifas terão que ser repactuadas em termos que deverão ser aceitos por ambas as partes (União e concessionária). Em suma, a alteração no regime de tarifação provavelmente ensejará disputa administrativa ou judicial com as atuais concessionárias.

Com relação ao impacto da mudança da tarifação na infraestrutura de telecomunicações, temos que analisar as consequências de se estimular o uso mais intenso das redes, tanto em termos de quantidade de ligações quanto de duração das mesmas. Ambas as demandas irão aumentar enormemente.

Inicialmente é preciso considerar que, para fazer face a esse aumento na demanda, as operadoras possuem duas alternativas: investir ou não investir em expansão da infraestrutura.

Caso optem por investir, as empresas possivelmente aumentarão os preços das ligações para custear a melhoria da infraestrutura, procurando conservar as suas margens de lucro minimamente inalteradas. Convém lembrar que, no regime privado, a liberdade de preços é a regra, e apenas a concorrência possui o poder de limitar, na prática, os preços dos serviços. Assim, caso seja necessário, as operadoras poderão aumentar seus preços, tendo como limite as práticas das demais empresas.

A segunda opção seria as empresas não investirem em infraestrutura, o que levaria a duas situações possíveis. Na primeira, veríamos uma queda abrupta na qualidade dos serviços (algo que os consumidores já experimentam na telefonia celular). Na segunda situação, vislumbramos as empresas aumentando os preços como forma de conter o aumento da demanda e manter a qualidade dos serviços.

Dessa curta análise do reflexo econômico da medida em exame na rentabilidade das empresas, depreende-se que a mudança da

tarifação implicará ou queda de qualidade nos serviços ou aumento de preços das ligações, notando que, no caso das concessionárias, poderá levar a demandas judiciais. Ademais, sob a perspectiva do modelo de exploração dos serviços que operam em regime de livre competição, a introdução da obrigatoriedade da tarifação por chamada implica intervir nos modelos de negócios de empresas autorizadas, medida que não encontra ressonância nos princípios gerais estabelecidos pela Lei Geral de Telecomunicações.

Por esses motivos, entendemos que, do ponto de vista do consumidor e das operadoras, a medida teria efeitos extremamente negativos. A nosso ver, tendo em vista a razoável competição existente hoje no setor de telefonia, é mais salutar para o consumidor a existência de diversos planos entre os quais possa optar, ao invés da imposição de regras rígidas e únicas para todos os planos e operadoras.

Nesse sentido, podemos argumentar que as operadoras já praticam diversas modalidades de planos de serviços. Por exemplo, existem planos com preços fixos para determinados tipos de ligações, gratuidade para ligações dentro da rede da mesma empresa e, até, operadoras de longa distância que oferecem planos de minutos ilimitados mediante pagamento de franquia mensal.

Assim sendo, somos pela REJEIÇÃO ao Projeto de Lei nº 5.128/13.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Rodrigo Garcia
Relator